

MATERIAL DIDÁTICO IMPRESSO NA EaD: EXPERIÊNCIAS E LIÇÕES APRE(E)NDIDAS¹

Oreste Preti

Coord. Adjunto UAB/UFMT

Introdução: pano de fundo

Na modalidade a distância, numa abordagem sistêmica, são vários os sujeitos e os componentes interligados que atuam e interagem para que o processo de ensinar seja objetivado e o de aprender se concretize de maneira efetiva. Entre os componentes sempre foi de importância fundamental o material didático produzido especificamente para quem estuda sem contar com o apoio presencial de um professor. Por isso, a equipe de produção de material didático assume papel único e específico no processo de ensinar.

É importante, porém, salientar que, ao falarmos de material didático, estamos nos referindo a uma diversidade de meios tecnológicos que podem ser utilizados no ato de ensinar, tendo como objetivo a aprendizagem por parte do estudante. Portanto, não se restringe ao material didático impresso. Mas, por que, aqui, tratar especificamente do material didático impresso?

Por vários motivos. Vamos mencionar alguns:

- a) Trata-se de tecnologia que não é nova, mas que, ainda, tem espaço garantindo numa sociedade em que tecnologias novas se tornam cada vez mais populares e sedutoras. Segundo Raquel Barreto (2000), “a multimídia interativa deixa muito pouco espaço para a imaginação [...] A palavra escrita, ao contrário, estimula a formação de imagens e evoca metáforas cujo significado depende, sobretudo, da imaginação e da experiência do leitor”.
- b) Tem crescido enormemente a indústria de material impresso, indicando que o “fim do livro” está longe de acontecer;

¹ Apresentado no III Encontro Nacional de Coordenadores UAB - I Encontro Internacional do Sistema Universidade Aberta do Brasil - Brasília, 23 a 25 de novembro de 2009.

- c) É a tecnologia que faz parte de nossa formação escolar (e dos estudantes), do nosso campo profissional (ainda mais quando os estudantes são professores em exercício) e que, portanto, deveríamos dominar melhor;
- d) Na EaD, ainda, predomina o uso dessa tecnologia por ser mais acessível. Segundo dados do Censo EAD (2010), das instituições que participaram da pesquisa e que possuem Polos de Apoio Presencial, 91% utilizam material impresso. Mas, se formos observar na oferta de cursos de graduação, praticamente 100% das instituições o utilizam.
- e) As Instituições que atuam na EaD estão em processo crescente de produção de material didático específico para os cursos em oferta. Se estimarmos que, num curso de graduação, há uma média de 40 a 50 disciplinas e que são mais de 200 os cursos oferecidos, podemos ter um ideia aproximada da quantidade de livros produzidos na EaD. E se multiplicarmos estes livros pelo número de alunos matriculados (aproximadamente 1 milhão), logo nos damos conta de que estamos diante de uma “indústria do livro” no campo da EaD.

Porém, falar sobre material didático no campo educacional, de maneira geral, é retomar tema antigo, revestido de polêmicas que acompanham sua produção e seu uso. Aqui, proponho, resumidamente, fazer referência a algumas delas para que, juntos, possamos refletir sobre o momento atual, como atores e autores na modalidade a distância. Mas, antes é importante que coloquemos um pano de fundo a tudo que vai ser discutido.

O livro didático, que nasce no movimento renascentista, na passagem da Idade Média para a Moderna, e do resgate do individualismo, está associado ao desenvolvimento do capitalismo, às novas relações de trabalho na manufatura e na nascente indústria, aos avanços técnicos da tipografia e ao aparecimento da profissão docente. Em que sentido?

- a) O livro didático foi proposto por Jan Amos Comênio (1592-1670), em sua *Didática Magna*, como tecnologia que possibilitaria “ensinar tudo a todos”. Nasceu, portanto, com a perspectiva da socialização do conhecimento e da universalização do acesso à escola. Nessa perspectiva, a história dos sistemas escolares, como redes institucionalizadas de ensino, é paralela à história do material impresso de ensino.

- b) Por outro lado, em seu nascimento, trouxe com ele a possibilidade da desqualificação do professor, daquele que “organiza aulas” para determinadas classes de estudantes, que “professa” conhecimentos próprios acumulados ao longo de anos de estudo e de experiência, congregando as condições técnicas e intelectuais para ensinar. Por que? O livro didático credenciou à função docente qualquer pessoa com domínio básico da tecnologia da leitura. Pois, bastaria seguir o que está proposto e sequenciado no livro didático. Até livro com “gabarito” e respostas elaboradas as editoras disponibilizam ao professor.
- c) O livro didático contribuiu também para concretizar o projeto capitalista de manter o trabalhador disciplinado, ordenado, sob seu controle, no trabalho fabril. Nesse sentido, o livro didático pode ser percebido como estratégia de disciplinamento, de treinamento à submissão, ao que está pré-determinado, pré-escrito. O professor torna-se, assim, um “maestro”, isto é, em seu sentido etimológico, um “adestrador”, um “amansador”. E o aluno, como sujeito passivo, levado a copiar, a reproduzir e a memorizar o que está exposto (imposto) no livro didático.
- d) Aqui, no Brasil, durante a ditadura militar, a indústria do livro didático atuou também como instrumento de controle ideológico, de disseminação de determinada visão de mundo e de sociedade brasileira amoldada ao sistema imposto. Assim, o livro didático foi marcado por abordagem positivista e por pedagogia tecnicista.

O livro didático, portanto, traz as marcas de um passado que não o qualifica para uma educação libertadora, de questionamento reconstrutivo. Embora, ao longo da história da educação, houve e há propostas pedagógicas que buscam fazer dele instrumento de libertação.

Não há como negar a importância histórica dessa tecnologia nos sistemas de ensino, sobretudo, na educação básica. Como compreender, porém, o uso do livro didático na modalidade a distância, em cursos superiores e de pós-graduação *lato sensu*, que, historicamente, em seus cursos presenciais, utilizam textos literários e científicos? Que práticas são desenvolvidas e que avaliação podemos fazer da produção do material didático e de seu uso, hoje, na EaD?

2.Experiências

Nada melhor do que rápido relato de algumas das experiências vividas por nós no processo de produção de material didático.

Fascículos do NEAD / UFMT (1994-1996)

O Núcleo de Educação Aberta e a Distância (NEAD) da Universidade Federal de Mato Grosso, criado em 1992, após aprovação do projeto pedagógico do curso de Pedagogia a distância, nos colegiados de sua instituição, em 1994, desencadeou uma série de ações para viabilizá-lo. Além da estruturação do Centro de Apoio no Pólo de Colíder, a 670 km da capital, e da formação dos orientadores acadêmicos, iniciou o processo de produção do material didático do curso, os fascículos (do latim “feixe”, por serem organizados em unidades temáticas interligadas).

Para escrever os fascículos foram convidados e incentivados os professores das áreas de conhecimento da proposta curricular do curso de Pedagogia, a maioria deles envolvidos na elaboração do projeto do curso. Eram realizados encontros periódicos por áreas de conhecimento para traçar o mapa e o percurso dos conceitos que seriam abordados, com suas inter-relações. Os encontros com todos os autores eram planejados para socialização dos textos elaborados e avaliação do processo. Os eixos norteadores do projeto pedagógico (diversidade, historicidade, construção) serviam de base na elaboração do material, perpassando os temas em discussão nas diferentes áreas temáticas. O projeto gráfico foi discutido e definido coletivamente, com o apoio de especialistas na área da editoração e da comunicação. Porém, foi dada liberdade aos autores na organização do texto (número de unidades e de tópicos por unidade, o tipo de atividades, ilustrações, indicações de leituras complementares, quantidade de páginas). Cada equipe de produção imprimiu a marca da sua área no material impresso.

O texto produzido era lido e avaliado pela equipe pedagógica, por professores da área e revisto pelos autores. Em seguida, era realizado o pré-teste com os orientadores

acadêmicos que avaliavam a linguagem, a coerência e coesão textual, o nível de dificuldades na leitura do texto, a adequação das ilustrações e das atividades de aprendizagem, o tempo mínimo necessário para leitura compreensiva.

O material avaliado como não adequado a estudantes de um curso a distância era rejeitado. Outros autores eram convidados, como foi o caso dos fascículos de Filosofia e de Psicologia. Todos os fascículos foram elaborados por equipes de professores da área e não individualmente, o que demandou tempo e cuidados especiais para dar unidade ao texto.

Finalmente, o fascículo passava pela avaliação dos estudantes do curso. Pois, ao finalizar a leitura do fascículo, no momento dos Seminários Temáticos, respondiam a um questionário, avaliando o material lido. Essa avaliação era analisada pela equipe pedagógica e, em seguida, encaminhada aos autores para fazerem as adequações para uma próxima edição do fascículo.

Guias de Estudo do ProFormação (1999)

Nossa experiência na produção do material didático para o Programa de Formação de Professores, em nível médio (ProFormação), foi diferente.

Em janeiro de 1999, foi lançado edital para seleção de especialistas para elaboração de material didático do Módulo II do programa. Houve uma primeira seleção, por meio de entrevista, realizada em Brasília. Posteriormente, foi realizada uma oficina com o professor Jesús Martín Cordero, da Universidad Nacional a Distancia (UNED), da Espanha. Durante três dias, os candidatos tomaram conhecimento sobre a função, as características e as qualidades do material didático em curso a distância e realizaram atividades de produção textual. A coordenação do programa, que acompanhou a oficina, ao final, definiu os especialistas que iriam produzir o material didático do Módulo II do ProFormação.

Logo em seguida, os selecionados se reuniram para conhecer o projeto pedagógico do curso, as bases epistemológicas e a organização curricular. Foram definidas as equipes, compostas por três especialistas da mesma área, e distribuída a produção pelas cinco áreas temáticas do Módulo II (Códigos e Linguagem, Matemática e Lógica, Identidade, Sociedade e Cultura, Fundamentos da Educação e Organização do Trabalho Pedagógico).

Cada equipe, então, se reuniu e elaborou uma proposta de temas a serem desenvolvidos no material e a submeteu à apreciação da equipe de coordenação e aos especialistas das outras áreas. Desta maneira, foi possível, identificar repetições, pontos de ligação entre os diferentes temas.

A coordenação do Programa apresentou a “Formatação do Guia de Estudo”, com a organização do material didático, em quatro partes: Introdução, Estudo de temas específicos, Atividades integradas e Correção das atividades de estudo. Também foram dadas orientações precisas sobre o número de unidades e de páginas para cada Guia de Estudo, número de tópicos e de páginas por tópico e por unidade, os elementos didáticos dos temas específicos: Abrindo nosso diálogo, Definindo nosso ponto de chegada, Construindo nossa aprendizagem, Abrindo nossos horizontes.

Era estabelecido prazo para entrega de cada unidade. O texto era lido e avaliado por especialistas de conteúdo e pela equipe pedagógica do curso que contava com assessoria do prof. Michel Moore. Nos encontros que aconteciam a cada dois meses, em Brasília, recebíamos retorno dessas avaliações. Tínhamos um prazo para fazer as devidas adequações e/ou contestar o parecer dos avaliadores.

Após idas e vindas do texto entre autores e leitores e finalizado, discutiam-se as ilustrações com a equipe de editoração e o roteiro do vídeo a ser produzido em cada área temática.

Os textos, finalmente, passavam por pré-teste com professores da rede pública, com formação em nível médio. Realizávamos, então, a última versão do material didático antes de ir para editoração final.

Tínhamos, ainda, uma avaliação do nosso texto pelos alunos do Programa após sua utilização no curso, a partir do questionário que a coordenação aplicava ao final do estudo de cada Guia de Estudo.

Cadernos do FormAção pela Escola (2007)

Em 2006, a equipe do NEAD/UFMT foi convidada a elaborar o material do Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE (FormAção pela Escola), no âmbito dos programas do FNDE numa parceria com a Secretaria de Educação a

Distância do MEC. As capacitações para esses programas eram realizadas presencialmente. A proposta era, a partir de 2007, realizá-las na modalidade a distância. O Programa tinha como objetivo capacitar profissionais de ensino, técnicos e gestores públicos municipais e estaduais, representantes da comunidade escolar e da sociedade organizada envolvidos na execução, no monitoramento, na avaliação, na prestação de contas e no controle social dos programas e ações educacionais financiados pelo FNDE. No primeiro encontro com a coordenação do Programa, foram definidos os seguintes elementos:

- composição do material didático por Módulos temáticos: cada módulo teria um Caderno de estudo e um Caderno de atividades;
- a organização do Módulo: Para começo de conversa, Unidades, Retomando a conversa inicial;
- a estrutura de cada unidade;
- os temas transversais a permear todos os Módulos.

Em seguida, foi realizado um encontro com os técnicos do FNDE, responsáveis pelos quatro programas que fariam parte da fase inicial do “Formação pela Escola”: Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE), Programa do Livro (PLI), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Módulo Introdutório.

Os técnicos, além das informações básicas dos Programas, disponibilizaram o material que utilizavam nas capacitações, geralmente, em apresentação multimídia (tipo PowerPoint²). Nosso desafio era escrever um texto didático sobre os Programas, a partir das poucas e breves informações recebidas — geralmente, limitadas a aspectos legais ou a breve histórico do programa —, e a partir de estudo que realizávamos sobre os temas. Assim, foram necessárias várias idas e vindas para que o texto contemplasse as informações tidas como fundamentais pelos técnicos do programa do FNDE e, ao mesmo tempo, ganhasse estilo e linguagem de um texto didático e não uma compilação de leis, de normas, de orientações técnicas.

Concluída a primeira versão, o texto passou pelo crivo de especialistas do programa e, posteriormente, por pré-teste, realizado com amostra representativa de pessoas

² PowerPoint é um software de marca registrada da Microsoft.

residentes em diferentes Estados da Federação, em municípios com maior e menor densidade populacional, em áreas urbanas e rurais. Também passou pela leitura dos tutores do Formação pela Escola, durante sua capacitação, antes da implementação experimental do Programa em alguns Estados. Após essa revisão é que os Cadernos foram editados e utilizados no Programa.

Fascículos da UAB/UFMT (2008)

Com o Edital nº 1, a UFMT começou nova fase na modalidade a distância. Até aquele momento, a referência no campo da EaD era Núcleo de Educação Aberta e a Distância do Instituto de Educação. Com a oferta de cursos de graduação em Administração, em Pedagogia, em Ciências Naturais e Matemática e de cursos de extensão e pós-graduação *lato sensu* em diversas áreas, na modalidade a distância, no âmbito do sistema UAB, não foi mais possível contar com equipe reduzida de profissionais do NEAD. A equipe do NEAD realizou a capacitação das novas equipes de EaD e eventuais assessorias aos coordenadores dos cursos, além de disponibilizar e oferecer sua estrutura tecnológica.

A UFMT, naquele momento, estava em processo de institucionalização de uma Secretaria de Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas à Educação (STI), com o objetivo de dar suporte técnico e pedagógico aos cursos a distância, mas, ainda, sem equipes constituídas nem infra-estrutura instalada e disponibilizada.

Assim, ficou a cargo de cada coordenação de curso o processo de produção do material didático. O que ocorreu foi uma espécie de “fazejamento” — de ir fazendo e avaliando o realizado. A coordenação do curso assumia a responsabilidade de selecionar os professores autores, de oferecer orientações gerais sobre o texto didático a ser redigido, de avaliar o texto produzido e de encaminhá-lo ao revisor de linguagem. Após essa etapa, muitas vezes marcada pelo não cumprimento dos prazos pelo autor — a disciplina prestes a ser oferecida no curso —, o texto era encaminhado para o diagramador que, com a coordenação, foi desenhando o projeto gráfico do material. Este profissional também desempenhava o trabalho de ilustrador.

No curso de aperfeiçoamento, oferecido aos orientadores acadêmicos dos três cursos a distância, foi solicitado como atividade no último módulo, que tratava do material

didático, que avaliassem o material didático produzido em seu curso até aquele momento, a partir de um questionário que foi disponibilizado.

O resultado foi preocupante. Ficou evidente que, sem equipe para acompanhar a produção do material em todas as suas fases, o produto final nem sempre é o mais adequado para um estudante de um curso a distância. A partir dessa avaliação preliminar dos orientadores, os coordenadores procuraram redefinir o projeto gráfico, estabelecer alguns critérios de qualidade e envolver outros leitores para avaliar o texto dos autores.

Livros do e-Tec Brasil (2008-2009)

O Decreto n. 6301 (12-12-07) instituiu o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil), no âmbito da expansão da educação profissionalizante, com o objetivo de Formação Profissional Técnica de Nível Médio a distância.

Em 2008, as Universidades Federais de Mato Grosso, de Santa Catarina, do Rio Grande do Norte e a Fundação CECIERJ foram convidadas a colaborar na produção do material didático do Programa, assumindo a responsabilidade de adequação do material à linguagem de EaD e de editoração. A nós da UFMT coube a produção de material didático dos cursos técnicos de Gestão Pública e de Secretariado da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná e os cursos técnicos de Meio Ambiente e de Informática da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, num total de 90 livros.

No segundo semestre de 2008, foram realizadas oficinas com os autores, para discutir o projeto gráfico do material e a elaboração de texto didático em cursos a distância. Foi organizado material com orientações sobre os procedimentos da produção, sobre a linguagem dialógica e estabelecido cronograma de trabalho.

Inicialmente, o autor enviava o plano da disciplina e a primeira unidade. Recebia do designer educacional, no prazo de duas semanas, os comentários e as orientações para adequação do texto à linguagem de EaD e ao formato do projeto gráfico. Em seguida, prosseguia na elaboração do texto completo de sua disciplina e enviava para apreciação. O texto retornava ao autor e novamente era devolvido ao designer educacional. Assim, o texto passava, pelo menos, por duas leituras completas antes de ir para o ilustrador e para o revisor de língua portuguesa.

Depois de diagramado, o texto era enviado ao autor para sanar ainda possíveis lacunas, identificar erros técnicos e fazer apreciação final. Somente após sua aprovação, o texto era finalizado, incluindo ficha catalográfica e o número do ISBN.

Ficou sob responsabilidade da coordenação do programa na instituição cuidar para que o conteúdo do texto fosse lido e avaliado por especialistas da área ou da disciplina; o que raramente aconteceu.

Porém, o maior entrave nesse processo foi o não cumprimento dos prazos estabelecidos, a demora dos autores na elaboração do texto ou na devolução, após a leitura do designer educacional. Assim, até outubro de 2009, somente foram finalizados 16 livros da Escola Técnica da UFPR e somente 6 da UTFPR.

Em 2009, o Programa mudou a dinâmica de produção, frente à necessidade de atender aos institutos prestes a iniciar seus cursos a distância. Foi feita uma redistribuição, entre as três universidades envolvidas na editoração do material didático. Não seria mais por curso e instituição, mas por disciplinas. O projeto gráfico seria o mesmo e organizado não mais em unidades temáticas, como fazíamos até o momento, mas em aulas. O autor poderia produzir e enviar à equipe de editoração aula por aula.

O contato, então, passou a ser direto da equipe da UFMT com o autor, sem o apoio de uma coordenação local, nos Institutos, para acompanhar essa produção junto aos autores. Ficou a cargo da coordenação nacional “cobrar” dos autores a entrega do texto no prazo estipulado. Assim, os textos das disciplinas chegavam à nossa equipe de maneira isolada, sem discussão coletiva dos autores em sua instituição, sem conhecimento nosso do projeto pedagógico do curso.

Como o tempo foi exíguo e não conseguíamos identificar quais os autores com os quais iríamos dialogar, não foi possível realizar, no início, encontro ou oficina para discutirmos o processo de produção do material didático. Isso está sendo feito por meio de orientações escritas. Assim, estamos recebendo um texto produzido de acordo com o entendimento, ou a informação que o autor tem sobre o que é material didático em cursos a distância.

A UFMT ficou responsável pela edição de outras 120 disciplinas de diferentes cursos e de diversos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. De julho a outubro de 2009, recebemos os textos de 15 disciplinas, apenas.

A nova coordenação do Programa, no final de janeiro de 2010, reuniu as instituições envolvidas no acompanhamento da produção do material didático para rever

procedimentos e propor ação coletiva entre as instituições e encontros de formação com os autores para garantir a qualidade do material didático do Programa.

Livros do PNAP/UAB (2009)

A partir da experiência do projeto piloto do curso de Administração a distância (2007), a direção do Sistema Universidade Aberta do Brasil, ao longo de 2008, promoveu encontros com a coordenação nacional do projeto piloto para elaboração de um Programa Nacional em Administração Pública (PNAP), a ser iniciado no segundo semestre de 2009.

Assim que o Programa foi desenhado e foram elaborados o projeto pedagógico do bacharelado e o da pós-graduação *lato sensu*, foi nomeada uma comissão editorial para coordenar a produção do material didático do programa. A Equipe de Desenvolvimento de Materiais do Departamento de Ciências da Administração do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina ficou responsável pela editoração. Para poder monitorar o processo e possibilitar o diálogo entre autores e leitores, e o registro de todas as versões do texto didático, esta equipe organizou, no sitio da UFSC, ambiente próprio.

Com o intuito de aproveitar parte do material didático do curso de Administração, a comissão convidou a maioria de seus autores para fazer adequação do texto à concepção do projeto pedagógico do bacharelado em Administração Pública e ao profissional a ser formado. Para novas disciplinas do bacharelado e para as disciplinas do curso de pós-graduação *lato sensu* em Gestão Pública, a comissão editorial convidou professores e técnicos de instituições públicas.

Foram realizadas diversas oficinas com os autores para apresentar a proposta curricular do curso, o projeto gráfico e orientar a elaboração do texto didático.

Redigida a primeira versão, era lida e avaliada por um ou dois especialistas da área. A Equipe de Desenvolvimento de Materiais CAD/UFSC realizava “check list” para verificar sua adequação ao projeto gráfico. Autores e leitores de conteúdo estabeleciam comunicação contínua visando aprimorar o texto.

Somente após aprovação pelo leitor de conteúdo, o texto era encaminhado à UFMT para ser lido e comentado por dois professores da equipe de “revisores didáticos”. No prazo de duas semanas esses revisores devolviam ao autor o texto com comentários,

adequações e sugestões, e preenchiam para a comissão editorial um formulário próprio com avaliação do texto em relação a quatro dimensões: estrutura, eficácia para aprendizagem, desenvolvimento curricular e avaliação (PRETI, 2007).

O texto era adequado pelo autor naquilo que julgava pertinente e justificava os aspectos não atendidos. Em seguida, era novamente remetido à equipe de designer que redigia parecer final sobre o texto para a comissão editorial. Somente após esse parecer, o texto ia para a revisão de língua portuguesa, para ilustração e diagramação. A produção encontra-se em fase final: das 72 disciplinas, 41 já foram concluídas.

3. Polêmicas e Equívocos

A partir dessas diversas e diferentes experiências, delimitaremos nossas considerações a algumas polêmicas que não são novas e que, ainda, não foram respondidas satisfatoriamente pelas pesquisas nesse campo e a alguns equívocos nos procedimentos e no conteúdo da produção de material didático.

3.1. Polêmicas

a) Produzir material didático nacional, com identidade de um programa de governo, ou material didático local, com identidade da instituição e da região? A “teoria da industrialização”, elaborada por Otto Peters (1971 apud PRETI, 2009a), da universidade alemã a distância, e que se desenvolveu na EaD nos inícios da década de 1970, baseada numa concepção fordista de ensino, propõe produtos padronizados para viabilizar economicamente cursos a distância; pois, a EaD era percebida como “educação para as massas”. Ademais, a crítica educacional, ao longo destas últimas décadas, tem avaliado esse tipo de produção como “pacotes de ensino”, do tipo “instrução programada”. Pois, se daria ênfase ao material didático como elemento central no processo de aprendizagem, baseado numa abordagem estímulo-resposta, o que levaria o estudante a não refletir.

Outra crítica era que, nesse tipo de produção, o conteúdo era descontextualizado da realidade regional, local, levando o estudante à leitura desmotivadora e ao não

estabelecimento de relações do texto com seu contexto, o que tornaria precária sua formação. Mas, será que o material didático produzido regionalmente tem superado esse tipo de abordagem “instrucional”?

b) Produzir material didático com pessoas de renome na área ou com a “prata da casa”?

Selecionar especialistas por meio de edital, com comissão especializada de avaliadores, ou por meio de convite pessoal e/ou aberto somente a professores da instituição? A qualidade do material didático estaria relacionada à qualificação/titulação profissional?

c) O papel do professor na produção de material didático na EaD permanece o mesmo daquele em que ao autor eram dados todos os poderes de atribuição de sentidos, ou se modifica? Em que? E o papel do leitor se modifica em papel de co-autor? Como? O texto didático, que é linear e pouco interativo, permite isso?

d) O texto didático é suficiente para estabelecer interação com o estudante ou necessita da intervenção do tutor, ou orientador para a aprendizagem?

A “teoria da autonomia e da independência intelectual”, elaborada por Michel Moore (1970 apud PRETI, 2009a) e Charles A. Wedemeyer (1981 apud PRETI, 2009a), afirma que se o material didático é bem estruturado e bem escrito, dispensa a ação do tutor. O aluno aprenderia por si só. Daí a importância, na EaD, em estimular o aluno à “autonomia” e a desenvolver métodos eficazes de estudo. Essa teoria, centrada no estudante, desqualifica a ação do professor e do tutor? Essa “autonomia” do estudante em que consiste? É possível ser realizada por meio do livro didático? Ou, trata-se, na realidade, de estimular o estudante ao “autodidatismo”?

e) Que estilo de linguagem utilizar no material didático? A linguagem acadêmica, própria da produção científica, ou uma linguagem “dialógica”, que se aproximaria do coloquial? Existe um “padrão” de linguagem a ser preservado no texto didático na EaD?

Fala-se muito na “dialogicidade” que deveria estar presente nos textos didáticos de cursos a distância. Em que consiste? É uma característica específica da EaD?

A “teoria da comunicação e interação”, mais conhecida como “teoria da conversação didática guiada”, elaborada pelo sueco Borje Holmeberg (1970-80 apud PRETI, 2009a) e desenvolvida posteriormente por diferentes autores (Keegan, Evans, Garrison, Shale, Paul apud PRETI, 2009a), também enfatiza a importância do material didático na EaD. Ele deveria propiciar o estabelecimento de sentimento de relação pessoal entre professor e aluno, pois isto favoreceria alcançar os objetivos de aprendizagem. Por isso, o material didático é estruturado em forma de diálogo, com estilo pessoal, apresentando o tema de maneira acessível ao estudante, envolvendo-o emocionalmente. Assim, o material didático é que garantiria motivação e aprendizagem. Mas, será que o material didático em estilo coloquial permite ao professor ensinar e é suficiente para propiciar aprendizagem por parte do estudante?

f) Propor projeto gráfico do material didático como moldura a “enquadrar” o texto do autor, ou como tela em que ele tenha espaços de liberdade e de criatividade para dar plasticidade ao texto? Um percurso único ou diferentes caminhos que levem ao mesmo destino?

Buscamos responder a algumas dessas indagações, a partir da análise do material didático produzido por algumas instituições e das experiências vividas na produção de material didático impresso. O que constatamos foram alguns equívocos no processo de produção do material didático e falhas didáticas em seu conteúdo.

3.2. Equívocos

a) Inicialmente, gostaríamos de pontuar que esses equívocos são comuns tanto nos textos produzidos em programas nacionais de EaD como em cursos de uma instituição particular. Talvez, no que diz respeito à *qualidade externa e científica* do material, os programas nacionais têm dinâmica e organização que lhe permite melhor controle sobre essa qualidade (projeto gráfico, ilustrações, avaliação do conteúdo por especialistas externos).

Em relação à *qualidade interna* (às conexões entre as diferentes disciplinas do curso, à afinidade com o projeto pedagógico), as produções locais têm maiores possibilidades de êxito, mas nem sempre têm condições de validar cientificamente o material produzido.

b) Escrever texto didático é diferente de escrever um artigo científico, uma dissertação ou uma tese. É um equívoco o professor conceber o texto didático como espaço para publicação científica, colocando-se na atitude de escrever para os pares e não para estudantes. Houve caso de autores que simplesmente encaminharam sua tese ou uma coletânea de seus artigos publicados deixando a cargo do revisor didático a árdua tarefa de transformá-lo em texto adequado para a modalidade a distância. O grande desafio do autor de texto didático é aproximar o discurso científico (escrito) às condições do discurso narrativo (oral).

c) Ser autor, em sua etimologia, é ser criador, é ter autoridade, crédito. Portanto, não compreendemos a atitude de professores que limitam seu texto didático a mera repetição ou reprodução de pensamentos alheios. O que fazer com textos didáticos que são apenas resumos de obras, ou sequência de longas citações? Onde está o pensamento e a reflexão do professor autor que propõe, em seus objetivos, levar o estudante também à reflexão e à tomada de posição em relação à teoria em estudo e aos fatos observados e/ou vividos?

Para o filósofo alemão Arthur Schopenhauer (1788-1860), em sua obra “A arte de escrever” (2006),

há três tipos de autores: em primeiro lugar, aqueles que escrevem sem pensar. Escrevem a partir da memória, de reminiscências, ou diretamente a partir de livros alheios. Essa classe é mais numerosa. Em segundo lugar, há os que pensam enquanto escrevem. Eles pensam justamente para escrever. São bastante numerosos. Em terceiro lugar, há os que pensaram antes de se por a escrever. Escrevem apenas porque pensaram. São raros. [...] é extremamente reduzida a quantidade daqueles que pensam sobre as *próprias coisas*, enquanto os demais pensam sobre *livros*, sobre o que os outros disseram (SCHOPENHAUER, 2006, p. 57-58).

d) Ao escrever texto que tem função de ensinar, destinado a estudantes de um curso de formação profissional, o autor precisa ter como referência: o projeto deste curso para

que a formação do estudante tenha unidade, intencionalidade e direção; o perfil dos estudantes a que se destina seu texto; seus conhecimentos prévios.

Quando solicitávamos a autores que estabelecessem conexões de determinado conteúdo do texto com o projeto pedagógico e/ou com disciplinas do curso relacionadas à sua, ou quando questionávamos passagens do texto que iam em direção diferente ao proposto no projeto, alguns autores reconheciam desconhecê-lo, outros afirmavam não saber o conteúdo desenvolvido nas demais disciplinas do curso.

e) O texto didático se diferencia de outros tipos de texto agregados a posteriori no ensino (textos literários, científicos) porque ele se coloca a priori com a função de ensinar. Portanto, imprime marcas específicas na sua organização. Não pode ser pensado com a mesma lógica da sala de aula. Por isso, não compreendemos a compilação de textos didáticos no formato de aulas, buscando demarcar o tempo e ritmo de leitura do estudante. Esta postura vai de encontro ao que defendem as teorias da aprendizagem de base construtivista.

f) O texto didático é percebido por muitos professores-autores como locus de pura exposição de conteúdo, pois consideram ser esta sua função principal, cabendo ao estudante somente a retenção e reprodução do conteúdo explanado. Por isso, é comum ouvir dos professores sua insatisfação quanto à limitação de páginas em seu texto, pois consideram o texto didático como espaço único para exposição dos conteúdos da disciplina. Isso fica evidenciado ao lermos os objetivos de aprendizagem propostos nos textos didáticos, em que prevalecem verbos do tipo cognitivo: levar o estudante a conhecer, a compreender.

Numa abordagem construtivista e sociointeracionista, a aprendizagem se dá por processo de descoberta e não por recepção mecânica. O estudante aprende ao reordenar o conteúdo (que não é pronto, acabado e único), ao adaptá-lo à sua estrutura cognitiva prévia até descobrir relações, leis, conceitos que, posteriormente, assimila.

No processo de estudo e de aprendizagem ocorre uma internalização ou assimilação. O aprendiz incorpora o conhecimento novo, apropria-se dele. Esta assimilação requer elaboração interna, pois não se trata apenas de transposição ou transferência (Garcez, 2004: 58).

Portanto, por meio do texto didático torna-se possível realizar, mais do que o mero ato de “ensinar” (no sentido de transmissão de conteúdo), o ato de educar, quando o estudante reflete, cria, se exprime, dialoga com o autor e se relaciona. Isso supõe que este texto seja pedagogicamente diferente de outros materiais de ensino (GUTIÉRREZ PEREZ; PRIETO CASTILLO, 1991). Portanto, o professor não pode ser um “conteudista” — como se ouve muito por aí na EaD —, alguém especialista em “despejar conteúdo”, e sim um autor, um professor que ensina e aprende dialogando com o estudante.

g) Finalmente, o que ainda percebemos, ao longo destas experiências, a dificuldade em constituir equipes interdisciplinares na produção de material didático e na formação do chamado “designer educacional” ou do “revisor didático”, ou outro nome que se queira dar ao especialista na EaD que colabora na adequação do texto a uma linguagem dialógica, a tornar pedagógico o texto, capaz de intervir no texto do autor sem interferir em seu estilo, em sua maneira de ser como professor e como escritor.

4. Análises preliminares

Para avaliarmos, nos aspectos didáticos, o texto de 41 dos 79 livros do Programa Nacional de Formação em Administração Pública, na fase final de elaboração pelos autores, fizemos recurso ao instrumento de análise de material didático para EaD elaborado por membros da equipe do CIDEAD (Centro de Investigación Didáctica en EAD) da Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED) da Espanha (1995) e por nós reelaborado (PRETI, 2007).

Nesse instrumento, diferentes aspectos a serem observados por nossos “revisores didáticos”, foram agrupados em quatro dimensões: a estrutura, a eficácia para a aprendizagem, o desenvolvimento curricular e a avaliação. Na dimensão “estrutura”, por tratar-se de material impresso, são avaliadas características deste material (se está de acordo com o projeto gráfico, o tipo de ilustrações, etc.). Quanto à dimensão “eficácia para a aprendizagem, se verifica se o material contém elementos que possibilitem e favoreçam a “auto-aprendizagem”. Em “desenvolvimento curricular” são analisados os

objetivos de aprendizagem, a sequenciação dos conteúdos. Finalmente, na dimensão “avaliação” se as atividades de aprendizagem propostas estão relacionadas aos objetivos de aprendizagem e aos temas centrais, se sua formulação e estrutura são claras e se estão graduadas quanto ao nível de dificuldade.

Ao finalizar a leitura do texto, o revisor o avaliava em relação a essas dimensões, atribuindo a cada uma delas pontuação de 0 a 10. Em seguida, o total de pontos de cada dimensão era transformado em percentagem. De acordo com a percentagem alcançada, o texto era avaliado como insuficiente, aceitável, bom e excelente (Tabela 1).

Tabela 1. Parâmetros para avaliação do material didático impresso do PNAP/UAB (2009)

<i>DIMENSÕES AVALIADAS</i>	< 50% Insuficiente	50-69% Aceitável	70-84% Bom	85-100% Excelente	<i>Total</i>
Estrutura	5	10	16	10	41
Eficácia para a aprendizagem	7	11	18	5	41
Desenvolvimento curricular	2	11	22	6	41
Avaliação	10	17	13	1	41

É importante salientar, antes de tudo, que existe estreita relação entre as diferentes dimensões avaliadas, pois não se trata de compartimentos estanques. Porém, o agrupamento em quatro grandes dimensões permitiu melhor apontar ao autor (ou recomendar) o que necessitaria rever.

Em que aspectos didáticos os autores apresentaram maiores dificuldades? Vamos apontar aqui, resumidamente, alguns:

- a) Na *textualidade*: textos com falhas na coerência, na coesão e na argumentação. Textos com pouca clareza, devido não somente à construção de longos parágrafos como, sobretudo, à lógica pouco clara na estrutura das unidades, dos tópicos e dos subtópicos ou na falta de conexão entre os temas desenvolvidos.
- b) Na proposta de *avaliação de aprendizagem*: as atividades elaboradas no material didático nem sempre possibilitariam ao estudante verificar, no processo de leitura, seu nível de compreensão. As atividades de aprendizagem, no material didático, devem propiciar ao aluno feedback (atividades de auto-avaliação) e oferecer elementos para que ele possa identificar o que sabe e o que não sabe,

ainda, para poder, assim, autogerir seus procedimentos de leitura (metacognição) (PRETI, 2009b).

O que constatamos é que o autor, muitas vezes, se coloca na posição do professor que irá conduzir aquela disciplina em sua instituição. Não se coloca como autor que propõe ao professor determinado percurso, mas deixando a cargo do professor da disciplina especificar estratégias e atividades de aprendizagem. Caso contrário, estaríamos negando a capacidade do professor conduzir o processo de ensino, tolhendo sua autonomia como docente e tornando o texto didático instrucional, normativo e fechado. Estaríamos afirmando o preceito de que para ensinar é suficiente saber manusear o livro didático.

- c) Na redação adequada de *objetivos de aprendizagem*: eram propostos objetivos de ensino, daquilo que o professor pretende ensinar e não do que espera o aluno alcançar por meio do estudo das temáticas propostas. A maioria dos professores, formados em cursos de bacharelado, certamente teve pouca formação pedagógica e como professores universitários essa formação, geralmente, é realizada na prática cotidiana da sala de aula. Isso explica, em parte, a dificuldade na elaboração de objetivos e de atividades de aprendizagem. Daí a necessidade de realização de oficinas, com os autores, para exercitar o domínio dessas estratégias de ensino.
- d) Outra dificuldade que emergiu dos textos lidos foi referente à dimensão dialógica, uma característica marcante do material didático na EaD. Diversos professores autores têm compreendido a chamada “dialogicidade” como a simples abertura do texto com uma saudação ao leitor: “Prezado estudante”, ou propondo paradas de reflexão em algumas passagens do texto: “O que você acha?”, ou “Agora é com você”. Dialogicidade é sinônimo de comunicação e pode ser entendida como

a capacidade de produção de um material no qual os textos, por exemplo, reproduzam, simulem ou antecipem a possibilidade de um diálogo entre autor e leitor, que permita a este último uma percepção de igualdade e não de inferioridade ou passividade frente ao “professor” (BELISÁRIO, 2003, p. 144).

Em outras palavras, a dialogicidade é inerente a todo processo de construção/produção de sentidos. É a característica discursiva que pressupõe polo de emissão e polo de recepção que interagem, por meio de um signo-texto

(verbal, não-verbal). A principal característica da interação/interlocução é a dialogicidade, pois o discurso pré-existe à fala e à escrita e pós-existe também, quando os sentidos são produzidos. Se não houver participação dos dois polos a dialogicidade fica prejudicada (POSSARI, 2009). Como diria Paulo Freire (1975): *A educação autêntica não se faz de A para B, ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo.*

No caso do texto didático na EaD, o texto-signo deve trazer explicitamente nele a possibilidade do diálogo, da interação. Isto é feito por meio de propostas de reflexão, como questionamento reconstrutivo, propondo tarefas (atividades de autoavaliação e de aprendizagem) que levem o aluno a observar criticamente sua prática e seu contexto.

Portanto, não se trata de “infantilizar” o texto, como alguns professores autores se referiam às sugestões de redação propostas pelo revisor didático. Não se trata de estar a todo momento, no início de cada tópico saudando o leitor (Caro estudante), ou convidando-o a fazer uma pausa para tomar um cafezinho. Estas não são marcas do diálogo. O autor pode até recorrer a essas estratégias e seu texto continuar no monólogo.

Dialogar com o estudante, por meio do texto, é, fundamentalmente, conseguir se comunicar com ele, estimulando-o à reflexão, propondo-lhe desafios, provocando-o, valorizando o que sabe, questionando-o sobre o que sabe, recorrendo a situações do cotidiano, a fatos, a estudos de caso, a metáforas ou contos para ilustrar conceitos, fazendo uso de imagens, de gráficos, de desenhos.

Se o autor não consegue cativar o estudante, seduzi-lo na leitura do texto, motivá-lo a aceitar o desafio do novo, dificilmente se dará a aprendizagem. O que o estudante fará nas atividades “exigidas”, nos momentos de avaliação, é recorrer à memorização, à reprodução ou, até, à cópia.

5. Considerações finais

O material didático, no sistema de EaD, é uma tecnologia disponibilizada ao estudante, além de outros componentes, tais como o projeto pedagógico, os sistemas de tutoria, de comunicação, de avaliação, os momentos presenciais, os colegas, as experiências pessoais. Por isso é importante considerar o seguinte:

- a) O material didático na EaD é concebido e produzido especificamente para o estudante, isso o diferencia do material utilizado em cursos presenciais.
- b) As reações e atitudes de cada estudante, ao ler os conteúdos propositivos, são diferenciadas. Alguns são levados ao questionamento reconstrutivo, à resignificação de práticas, por alguma das áreas do núcleo central ou básico do curso, outros pelas áreas específicas ou eletivas. Não importa! Acreditamos que isso ocorrerá em algum momento, talvez no início do curso, quando não ao final, ou depois do curso.
- c) Não existe campo do saber que melhor “forma” o estudante, ou uma sequência de disciplinas que garanta compreensão dos fatos, superando o senso comum. O estudante dar-se-á conta de que qualquer área do conhecimento pode ser o ponto de partida para nova visão de mundo, de sociedade, de trabalho, e que os conhecimentos estão interligados, uma área necessitando de outras para leitura contextualizada.
- d) Por isso, o material didático não pode ser tomado como pedaço de um todo, de conhecimento a ser simplesmente apropriado e reproduzido, ou como fragmento de uma verdade, e sim como parte de uma proposta formativa que, mesmo com suas opções teóricas e metodológicas, tem unidade, sentido e direção. O que está construído no texto didático trata-se de uma direção, mas não a única; de um discurso, mas não fechado em si mesmo; de uma verdade, mas que não pode ser tomada como sendo a Verdade!

É necessário entender também que o material didático do curso apresenta suas limitações. É um recorte no campo do saber que necessita ser expandido com a leitura de outros materiais bibliográficos (leituras complementares) e com a pesquisa (seminários temáticos). Limitar a formação do estudante à leitura do material didático impresso do curso é empobrecer sua formação. Por isso, o texto didático impresso na EaD é

qualificado de *texto base*, pois serve de referência, de ponto de partida para o estudo, não pode ser o único texto a ser disponibilizado ao estudante.

Enfim, temos que considerar, do ponto de vista da comunicação, o texto didático deve possibilitar construção de conhecimentos elaborados, num processo dialógico, os pólos interagindo para produção de sentidos. Do ponto de vista pedagógico, ter consciência que, ao produzir material didático específico na EaD, estamos criando uma tecnologia que irá apoiar (ou não) o processo de aprendizagem do estudante.

Aqui está o grande desafio de ser professor autor em cursos a distância: mesmo sem estar fisicamente próximo do estudante, produzir material didático que propicie aprendizagem, pois esta é a função central do material didático.

Referências

BARRETO, Raquel Goulart. Multimídia e formação de professores: uma questão de leitura? *NEXOS: Estudos em Comunicação e Educação*. Ano 4, n 7. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2000.

BELISÁRIO, Aluizio. O material didático na educação a distância e a constituição de propostas interativas. In: SILVA, Marcos (Org.). *Educação online*. São Paulo: Loyola, 2003. p. 135-154.

CENSO EAD.BR. Organização Associação Brasileira de Educação a Distância. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GARCEZ, Lucília H. do Carmo. *Técnicas de redação*. S. Paulo: Martins Fontes, 2004.

GUTIÉRREZ PEREZ, Francisco; PRIETO CASTILLO, Daniel. *Mediación Pedagógica: apuntes para una educación a distancia alternativa*. S. José, C.R.: Radio Nderland Training Center, 1991.

POSSARI, Lucia Helena V. Produção de material didático para a EaD. In: NEDER, Maria Lucia Cavalli; POSSARI, Lucia Helena V. *Educação a Distância: Material didático para a Ead: processo de produção*. Cuiabá: EdUFMT, 2009. p. 47-62.

PRETI, Oreste. *Parâmetros para avaliação de material didático impresso para a EaD*. Cuiabá: NEAD/UFMT, 2007. Mimeografado.

PRETI, Oreste. *Educação a distância: fundamentos e políticas*. Cuiabá: EdUFMT, 2009a.

PRETI, Oreste. *Educação a distância: Material didático impresso: orientações técnicas e pedagógicas*. Cuiabá: EdUFMT, 2009b.

SCHOPENHAUER, Arthur. *A arte de escrever*. Porto Alegre: L&PM, 2006.